

Mercadante  
louva programa  
para alfabetizar  
20 milhões

Página 4



Roosevelt Pinheiro



Efraim Morais  
condena uso  
político do  
Fome Zero

Página 6



Roosevelt Pinheiro

# JORNAL DO SENADO

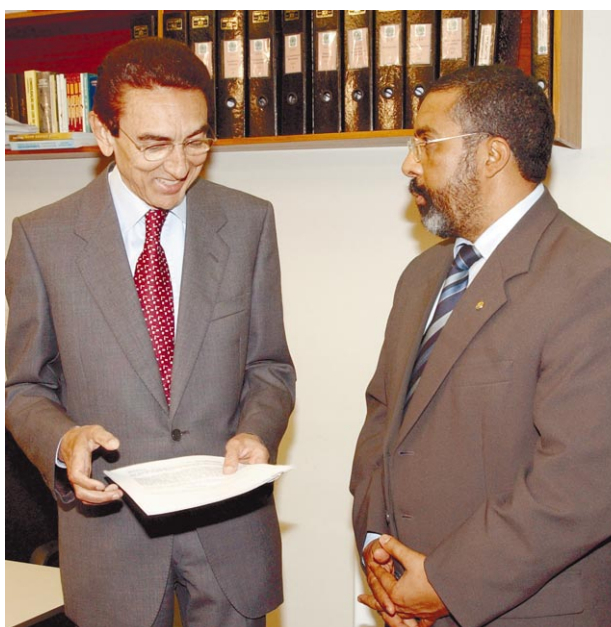
Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.779 - Brasília, terça-feira, 9 de setembro de 2003

## Senado pode votar as duas reformas ao mesmo tempo



Gerardo Magella



Mércia Kalume

Tião Viana afirma, depois de encontro com Sarney, que não há como evitar exame simultâneo de propostas

O líder do PT, Tião Viana, observa que a reforma tributária chegará ao Senado depois do dia 20 deste mês, quando a proposta da Previdência ainda estará sendo examinada na Comissão de Justiça. Ontem, os senadores Eduardo Azeredo, Mão Santa e Paulo Paim anunciaram emendas para mudar o texto da Previdência.

**MUDANÇAS** Tião Viana anuncia logo posição sobre emendas, como as entregues ontem por Paulo Paim a Edison Lobão

Página 5

### MP do setor farmacêutico tranca pauta do Plenário

O projeto de conversão da medida provisória que define normas de regulação para o setor farmacêutico pode ser votado hoje. Outros itens aguardam decisão sobre a matéria para ser analisados.

Página 3

### Senadores cobram fim do subsídio agrícola dos ricos



MDA/Banco de Imagem

O encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), a partir de amanhã, no México, motivou senadores a cobrar posição firme do Brasil em defesa do agronegócio. Rodolpho Tourinho, Romero Jucá, João Capiberibe e Edison Lobão alertam o governo sobre a necessidade de proteger os interesses de um setor fundamental para gerar empregos.

**RIQUEZA** Abertura de mercados para produtos como o mamão papaia é defendida por senadores

Página 8



Roosevelt Pinheiro



**RELEVÂNCIA** Suplicy destaca trajetória da filósofa agraciada pela Universidade de Paris 8

## Suplicy requer congratulações a Marilena Chauí

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento, ontem, solicitando voto de congratulações para a professora Marilena Chauí, agraciada, no último dia 20 de junho, com o título de doutora *honoris causa* pela Universidade de Paris 8. Ao discorrer sobre a trajetória de vida da homenageada, Suplicy sublinhou que, para Marilena Chauí, “a filosofia é uma forma de expressão de seu próprio pensamento, de seus sentimentos, seus desejos e suas ações para escolher um modo de vida, um certo modo de interrogação e uma certa relação com a verdade, liberdade e justiça”.

O parlamentar também lembrou momentos da homenagem prestada à filósofa por professores e estudantes da Universidade de São Paulo (USP), onde a professora se dedica à pesquisa e ao ensino da História da Filosofia e Filosofia Política. No seu discurso de agradecimento, Marilena Chauí disse ter aceito o título, segundo Suplicy, por inspiração do filósofo Spinoza, seu grande mestre, que tinha como lema a cautela e sustentava que as honras são boas quando são desejadas com moderação.



## Plenário examina normas para setor farmacêutico

Continua na sessão plenária de hoje, às 14h30, o exame do Projeto de Lei de Conversão nº 23/03, que cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos e define normas

para o setor farmacêutico. Somente depois da votação dessa matéria é que os senadores poderão analisar as demais proposições da ordem do dia.

## Sarney realiza reunião com líderes partidários

O presidente do Senado, José Sarney, se reúne às 10h com os líderes partidários do Senado; às 11h, com Jorge Pavão, presidente do Tribunal de Contas do Maranhão; e às 11h30, com Luís Bulcão, gerente de Cultura do Maranhão. Às 12h, no Salão Negro, Sarney participa do lançamento do livro *O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal*, edição fac-similar de documentos anotados pelo imperador.

## Audiência discute crime organizado e lavagem de dinheiro

O procurador-geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, é o convidado da audiência pública na Subcomissão Permanente de Segurança Pública, às 18h. O colegiado vai discutir sobre crime

organizado, lavagem de dinheiro e narcotráfico. Os debates são coordenados, na subcomissão, pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e pelo senador Magno Malta (PL-ES) – fotos.



## CAE poderá votar subsídio habitacional para policiais



O Projeto de Lei do Senado nº 220/03, que cria o programa de subsídio habitacional para policiais civis e militares, pode ser votado na reunião da Comissão de Assuntos Econômi-

cos (CAE), às 10h. A CAE é presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). A decisão terminativa do projeto estará a cargo da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## CPI do Banestado define atividades para setembro

A partir das 11h, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, que investiga a evasão de divisas por meio das contas CC-5, se reúne para discutir o calendário dos trabalhos do mês de setembro e votar requerimentos. A CPI é presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e tem como relator o deputado José Mentor (PT-SP).

### Cultura e reforma tributária

Para discutir o impacto da reforma tributária no setor cultural, a Comissão de Educação (CE) e a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática convidaram o ministro da Cultura, Gilberto Gil, os presidentes do Fórum de Secretários Estaduais de Cultura, Sílvio Nucci, e do Congresso Brasileiro de Cinema, Assunção Hernandes, para audiência hoje, às 10h30.

### Indicação para o DNIT

A Comissão de Infra-Estrutura (CI) se reúne hoje, às 14h, para examinar a indicação de Carlos Alberto Cotta para exercer o cargo de diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT). Às 14h30, a Comissão de Orçamento (CMO) tem reunião para analisar avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em órgãos públicos.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Jane de Araújo

**PREJUÍZO** Programa espacial tem sofrido progressiva redução de recursos, afirma Lobão

## Lobão defende investimentos em Alcântara

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu a continuidade do programa espacial brasileiro, com um aumento significativo de recursos destinados ao setor. O parlamentar lamentou a explosão do veículo lançador de satélites, ocorrida no dia 22 de agosto, em Alcântara (MA), que causou a morte de 21 cientistas do Centro Técnico Aeroespacial (CTA). Lobão pediu que o governo federal investigue e busque, com isenção e serenidade, as causas do acidente.

– Não podemos desprezar todo o esforço já empreendido. Não podemos ficar indiferentes ao fato de que o domínio dessa área da ciência e da tecnologia é fundamental para a soberania do Brasil. É preciso aumentar, significativamente, os investimentos no programa – disse.

### Recursos

Lobão assinalou a progressiva diminuição, ao longo das últimas décadas, dos recursos destinados ao programa aeroespacial. Segundo o senador, entre os anos de 1985 e 1989, foram investidos pelo governo US\$ 104 milhões. Os investimentos caíram para US\$ 52 milhões entre 1990 e 1994. No período seguinte, de 1995 a 2000, o governo passou a destinar somente US\$ 35 milhões. Neste ano, disse, foram investidos, até agosto, US\$ 7 milhões.

O senador lembrou que, de acordo com informações da Secretaria do Tesouro Nacional, o Brasil gastou, somente no ano passado, US\$ 25 bilhões no pagamento dos juros nominais de sua dívida pública. Mesmo considerando que, para ser respeitado, o governo precisa honrar seus compromissos, o representante do Maranhão salientou que, com uma “pequeníssima mudança na taxa de juros” já poderiam ser destinadas mais verbas para o programa espacial.



## Gil debate hoje impacto da reforma

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, comparece hoje à Comissão de Educação (CE), às 10h30, para debater o impacto da reforma tributária no setor. Também deverão comparecer os presidentes do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Cultura, Sílvio Nucci, e do Congresso Brasileiro de Cinema, Assunção Hernandes.

A audiência, que será realizada em conjunto com a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, foi proposta pelo presidente da CE, Osmar Dias (PDT-PR), e outros senadores.

### Provão

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, poderá ser convidado a comparecer à Comissão de Educação (CE) para prestar esclarecimentos sobre a possível extinção do Exame Nacional de Cursos, o chamado Provão.

O comparecimento do ministro é solicitado em requerimento de autoria do senador José Jorge (PFL-PE) que será apreciado amanhã, a partir das 10h, pela comissão.

Se a pauta do Plenário continuar travada, a CE só examinará na reunião propostas de caráter não terminativo. É o caso do Projeto de Lei da Câmara nº 21/2003, permitindo que recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) sejam aplicados no ensino especial oferecido por instituições privadas sem fins lucrativos, desde que especializadas e com atuação exclusiva nessa modalidade de ensino.

O relator, senador Hélio Costa (PMDB-MG), é favorável à aprovação do projeto. Ele lembra em seu parecer que muito pouco tem sido feito para atender aos alunos de necessidades especiais em todo o país.

# MP do setor farmacêutico poderá ser votada hoje

■ Liberação da ordem do dia depende do exame de projeto de lei de conversão da medida provisória

Normas de regulação para o setor farmacêutico podem ser votadas hoje pelo Plenário. Estão previstas no projeto de lei de conversão (PLV nº 23/2003) da medida provisória (MP nº 123/2003), que também cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos. A ma-

téria tranca a pauta do Senado.

Se o projeto de lei de conversão for apreciado, os senadores deverão realizar hoje a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13/03, de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que devolve aos estados a competência para legislar sobre criação e desmembramento de municípios.

Na mesma sessão, poderão ser examinados dois requerimentos. O primeiro, do senador Hélio Costa (PMDB-MG),

solicita o envio de voto de louvor à proposta do ex-chanceler israelense Shimon Peres de internacionalização da parte antiga de Jerusalém, para a cessação das hostilidades árabe-israelenses.

O segundo, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), propõe à Organização das Nações Unidas (ONU) a indicação do nome do embaixador Sérgio Vieira de Mello, morto em atentado terrorista contra a sede da representação da entidade, no Iraque, como candidato ao Prêmio Nobel da Paz de 2003.



**COMPETÊNCIA** Bloqueio da pauta está impedindo discussão de PEC que trata da criação de municípios

## Pauta inclui indicação de diretor da Adene

Caso seja desbloqueada a pauta, os senadores podem deliberar amanhã sobre a indicação de José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos para diretor-geral da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Também será realizada a primeira discussão de proposta de emenda à Constituição (PEC nº 55/1999) de Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que acrescenta,

dentre os princípios da administração pública, o da razoabilidade.

Em turno suplementar, deverá ser votado amanhã substitutivo a projeto (PLS nº 132/2000) do então senador Arlindo Porto que fixa novas regras para julgamento de crimes dolosos praticados contra civis por militares. Constam da pauta da mesma sessão requerimento

de José Sarney (PMDB-AP) e Tião Viana (PT-AC) para a criação da Comissão Temporária Interna destinada a consolidar projetos que modificam o Regimento Interno.

Na quinta-feira, às 11h, haverá sessão especial destinada a homenagear a memória do ex-presidente do Chile Salvador Allende. À tarde, a sessão será deliberativa.

## CPI define novas etapas das apurações

A CPI do Banestado, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), reúne-se hoje para definir as próximas etapas do trabalho das apurações. Os senadores e deputados do colegiado também vão decidir sobre a convocação de novos depoentes e solicitação de documentos.

Alguns integrantes da comissão acabam de retornar dos Estados Unidos, onde foram levantar dados sobre as contas do Banestado em Nova York utilizadas para evasão de divisas, por meio das chamadas contas CC-5. De acordo com as investigações, cerca de US\$ 30 bilhões foram encaminhados ilegalmente àquele país e depois remetidos para paraísos fiscais. Outros bancos que atuavam na cidade de Foz do Iguaçu, no período de 1996 a 2002, também são focos das apurações, como o Banco Araucária e o Banco Real.

## Comissão examina nome para o DNIT

Mensagem presidencial indicando o nome de Carlos Alberto Cotta para o cargo de diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) será examinada hoje, a partir das 14h, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Na mesma reunião, os integrantes do colegiado apreciam parecer do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) contrário a projeto da Comissão Especial do Rio São Francisco determinando que os recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos sejam totalmente aplicados na região onde foram arrecadados.

Gerardo Magalhães



## Presidente do STJ discute amanhã reforma do Judiciário

A reforma do Judiciário voltará a ser debatida amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que receberá às 10h, em audiência pública, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Nilson Naves – foto. O requerimento para a audiência foi apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

A CCJ já debateu o assunto com ministros

da Justiça Militar e Trabalhista, e representantes do Ministério Público, da Justiça Federal e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outros. Depois de apreciada pela CCJ, a proposta (PEC nº 29/2000) oriunda da Câmara será submetida ao Plenário, para discussão e votação em dois turnos. O relator da matéria é o senador José Jorge (PFL-PE).

A segunda parte da reunião da comissão

será destinada à análise de proposições. Caso não seja votada na tarde de hoje, pelo Plenário, a MP do setor farmacêutico, a comissão só poderá decidir sobre matérias não terminativas. Entre essas, consta o Projeto de Lei da Câmara nº 29/2003, que disciplina a política pesqueira nacional e também regula a atividade pesqueira. A matéria recebeu voto favorável do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM).





**INTERESSES** Almeida Lima acha que propaganda é estilizada para destacar governo federal

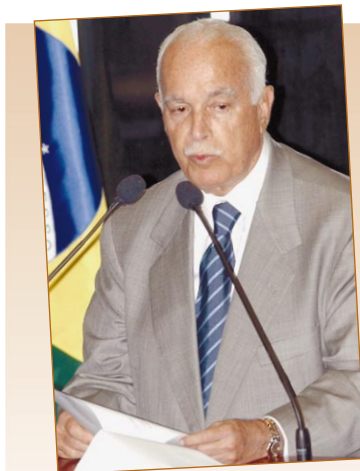
## Almeida Lima quer explicação sobre faixas

O senador Almeida Lima (PDT-SE) solicitou explicações à Mesa sobre a propaganda do governo federal afixada no prédio do Congresso Nacional. Duas faixas, estendidas no Anexo I da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, formam a Bandeira Nacional e apresentam as inscrições "Brasil Alfabetizado" e "Petrobras 50 anos".

Na opinião do senador, não se deve confundir o que é interesse do Estado e o que é interesse do governo. Caso fosse interesse do Estado, o Congresso poderia admitir a propaganda, mas, a seu ver, ela é estilizada para destacar a administração atual.

## ILB faz curso sobre pregão para servidores

Hoje, às 10h, no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), será aberto o curso de treinamento de pregão - modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços -, que contará com a presença do 1º secretário da Casa, senador Romeu Tuma (PFL-SP). O número de pessoas inscritas é de 70, divididas em duas turmas. Lei federal instituiu o pregão no âmbito da União, estados, Distrito Federal e municípios.



# Mercadante comemora programa de alfabetização

Senador elogia meta de alcançar 20 milhões de brasileiros até 2006 e pede participação de toda a sociedade

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) comemorou o lançamento ontem, pelo governo federal, do programa Brasil Alfabetizado, que pretende ensinar 20 milhões de pessoas a ler e escrever até 2006, erradicando o analfabetismo no país. Mercadante citou dados que indicam a gravidade da situação brasileira, quando o assunto são as taxas de alfabetização e os níveis de leitura: 59% dos jovens que concluem a 4ª série do ensino fundamental não conseguem apreender o conteúdo de um texto.

Mercadante frisou que a alfabetização em massa é um de-



**SUGESTÃO** Mercadante explica que programa é homenagem ao educador Paulo Freire

safio que deve contar com a participação de toda a sociedade brasileira.

– Para pensar um Brasil solidário e com justiça social, a questão do acesso à educação é um direito básico, inalienável, inadiável – disse o senador, in-

formando que o programa já está presente em 1.768 municípios, com mais de um milhão de adultos em sala de aula, e deverá ser implantando em todos os municípios brasileiros.

### Participação

O senador defendeu a participação de sindicatos, igrejas e organizações não-governamentais nesse esforço. Outro ponto defendido pelo líder do governo foi a participação dos estudantes universitários no programa. Os convênios firmados pelo governo com empresas prevêem vantagens na concessão de empregos para estudantes que participarem do programa de alfabetização.

Ainda de acordo com Mercadante, a implantação do programa representa uma homenagem ao educador Paulo Freire (1921-1997), "que construiu a pedagogia de educar para a liberdade".

## Igrejas podem ser aliadas importantes, afirma Crivella

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) manifestou seu entusiasmo diante do programa Brasil Alfabetizado, que "pretende atingir 20 milhões de adultos que nem sequer sabem ler o que está escrito na Bandeira Nacional e têm dificuldades até para pegar o ônibus certo para voltar para casa".

Presente à solenidade de ontem no Palácio do Planalto, o senador informou que foram assinados convênios entre o Ministério da Educação e várias entidades, como as Federações de Indústrias do Rio de Janeiro e de São Paulo e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ele disse que há 120 mil igrejas evangélicas no Brasil que poderiam fazer parte desse esforço.



**OFERTA** Crivella sugere que as 120 mil igrejas evangélicas do país participem do mutirão

– Se cada igreja montasse uma pequena sala de aula para 20 alunos, não seria difícil encontrar voluntários entre seus frequentadores para ministrar as aulas – observou.

Para Crivella, com o incentivo de ser capaz de ler a palavra de Deus diretamente na Bíblia

Sagrada, os adultos poderiam vencer os constrangimentos de sentar em sala de aula depois dos 50 ou 60 anos.

### Episódio de tortura

No mesmo pronunciamento, o senador Marcelo Crivella protestou contra o recente episódio de tortura, no Rio de Janeiro, quando foi morto o chinês naturalizado brasileiro Chan Kim Chang. Ele conclamou autoridades como o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o secretário de Segurança do estado, Anthony Garotinho, a adotarem medidas urgentes e enérgicas para apurar e punir os responsáveis pelo crime.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) endossou o pedido de providências de Crivella.



**PERDAS** Reginaldo alega que estados perdem mais com os incentivos à venda de carros

## Redução do IPI deve ser revista, diz Reginaldo

A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em favor da indústria automobilística deve ser revista ou então o governo deve fazer compensações financeiras aos estados, municípios e aos fundos constitucionais, defendeu ontem o senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE). Para ele, a decisão tomada unilateralmente pelo governo federal "é uma violência contra o princípio federativo".

Reginaldo salientou que a Constituição estabelece que o imposto sobre renda e proventos bem como o IPI devem ser partilhados entre a União, estados e municípios. Desses impostos, 21% vão para os estados (FPE), 22,5% para os municípios (FPM) e 3% para os fundos constitucionais de desenvolvimento do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste. Sobre o IPI, acrescentou, ainda há uma parcela de 10% destinada aos estados, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

– O próprio governo estima que a perda da arrecadação com o IPI será de R\$ 342 milhões, dos quais R\$ 195 milhões serão pelos estados e municípios – afirmou, reconhecendo, no entanto, que essa prática de conceder incentivos fiscais não começou no atual governo.

## ACM pede agilidade na implantação do Prodetur II

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) – foto – pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que determine ao Banco do Nordeste (BNB) agilidade no processo de implantação da segunda fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur). Ele registrou que o contrato do Prodetur II foi assinado em 27 de setembro do ano passado entre o

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), responsável pelo financiamento de US\$ 240 milhões para o programa, e o BNB, responsável pelo repasse aos estados.

– Desde setembro de 2002, o BNB tem prorrogado sucessivamente a assinatura do primeiro contrato de subempréstimo com a Bahia, apesar de o estado ter cumprido com todas as exigências, tanto técnicas

quanto financeiras. Em reunião realizada em Teresina (PI) no dia 14 de julho passado, o presidente do BNB, Roberto Smith, se comprometeu perante todos os governadores do Nordeste, ali reunidos num fórum, que o primeiro contrato seria assinado até a data de 15 de agosto de 2003 – informou Antonio Carlos.

Na avaliação do senador, a Bahia é quem mais tem sofrido prejuízos

com a demora, já que é o único estado que cumpriu todas as exigências para o empréstimo. Além disso, afirmou, mesmo sem que nenhum dinheiro tenha sido liberado, os encargos financeiros do empréstimo vêm sendo cobrados.

O Prodetur, explicou Antonio Carlos, visa consolidar a atividade turística como prioritária na região Nordeste.



# PREVIDÊNCIA

Enquanto texto da Previdência recebe emendas, Tião Viana prevê tramitação simultânea com a reforma que muda o sistema tributário, ainda em exame na Câmara dos Deputados

## Proposta pode ser votada junto com a reforma tributária

Depois de uma reunião com o presidente do Senado, José Sarney, o relator da reforma da Previdência e líder do PT, senador Tião Viana (AC), afirmou que, "na melhor das hipóteses, o Plenário do Senado começará a votar a reforma da Previdência dia 8 de outubro". No encontro, chegou-se à conclusão de que não há como evitar que a discussão e a votação da reforma ocorram ao mesmo tempo que a reforma tributária.

– É inevitável que elas sejam discutidas e votadas no Senado ao mesmo tempo. A reforma tributária chegará às mãos dos senadores depois do dia 20 deste mês, quando ainda estaremos discutindo e votando a Previdência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – afirmou Tião Viana.



Fotos: Rosevelt Pinheiro

**DEBATE** Segundo Tião Viana, líderes analisam hoje tramitação de reformas

na – afirmou Tião Viana.

Na pior das hipóteses, a reforma previdenciária começará a ser votada no Plenário do Senado dia 15 de outubro, acrescentou o senador.

Tião Viana disse que o governo não tem qualquer interesse em atrasar a votação da reforma tributária, pois a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) precisa estar aprovada o mais rápido possível, dado que sua vigência se encerra em 31 de dezembro. A discussão das duas reformas ao mesmo tempo, conforme o líder do PT, "pode criar um recurso de pressão política de alguns partidos, o que pode dificultar o andamento das reformas".

O senador descarta a idéia de se votar a reforma da Previdên-

cia "de forma fatiada", permitindo promulgação das partes que coincidirem com o projeto que chegou da Câmara.

O relator informou que até amanhã terá sua "primeira posição sobre as emendas" que os senadores estão apresentando à Previdência. Ele pretende insistir, na reunião da CCJ de amanhã, às 10h, que ainda nesta semana os senadores ouçam em apenas uma audiência pública o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, representantes de centrais sindicais e associações de servidores e aposentados.

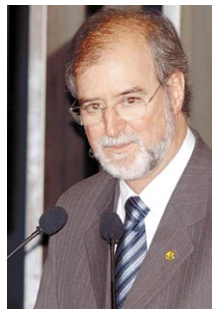
O líder petista informou ainda que as lideranças partidárias no Senado devem se reunir hoje para discutir a tramitação das duas reformas.

## Azeredo quer mudar regras de transição

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou duas emendas à reforma da Previdência (PEC nº 67/2003). Uma delas isenta de contribui-

ção previdenciária os servidores públicos aposentados por invalidez permanente em decorrência de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença contagiosa grave ou incurável, bem como inativos e pensionistas com mais de 70 anos.

A outra emenda cria uma regra de transição para servidores próximos da aposentadoria sem prejudicá-los financeiramente, acrescentando, a cada ano, seis meses na idade mínima para aposentadoria. Com isso, no próximo ano a idade mínima será 53,5; no segundo ano, 54, e assim por diante.



Azeredo: preocupação com inativos

## Eurípedes: mudanças buscam justiça social

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) manifestou ontem apoio ao projeto de reforma da Previdência (Proposta de Emenda à Constituição nº 67 – PEC nº 40, na Câmara). Ele entende que o objetivo maior da reforma é buscar o equilíbrio financeiro e garantir a justiça social.

A meta do governo, disse o senador, é ampliar o alcance dos benefícios da Previdência, "objetivo que se materializa também na proposta de redução de 50% da contribuição dos autônomos para a Previdência Social, que permitirá que mais brasileiros tenham acesso à cobertura social".

– A lógica da mudança é, a partir da desoneração dos cofres da União, ampliar a capacidade de investir nas áreas que garantam melhorias dos indicadores sociais, criando condições para o crescimento econômico e a geração de empregos. Eurípedes ressaltou que a proposta de reforma vem sendo acompanhada de outras

medidas adotadas pelo governo para garantir a justiça social, como os programas de transferência de renda e o compromisso com as prioridades sociais.

Ao lado disso, frisou o senador, o governo vem tornando pública, pela primeira vez, a lista dos devedores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O combate à sonegação resultou, no primeiro trimestre, na recuperação de R\$ 157,5 milhões da dívida, um valor 104% maior que o cobrado no mesmo período de 2002.

Eurípedes lembrou sua origem humilde, como filho de um trabalhador rural, para manifestar sua crença nas medidas do governo de combate à miséria.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) citou frase do presidente Lula de que o país tem que aprender a dialogar para mostrar que, no debate com a sociedade, as propostas de reformas feitas pelo governo vêm sofrendo mudanças.



**META** Para Eurípedes, governo quer ampliar alcance de benefícios

## Mão Santa anuncia cinco emendas

O senador Mão Santa (PMDB-PI) anunciou ontem que apresentará cinco emendas à Proposta de Emenda à Constituição nº 67 (PEC nº 40, na Câmara), que trata da reforma da Previdência. Uma delas isenta da contribuição previdenciária os servidores aposentados por invalidez, os portadores de necessidades especiais e os acometidos pelas doenças graves que são descritas em lei, como câncer e Aids.

Outra emenda que deverá ser apresentada pelo senador Mão Santa estabelece um teto único para os salários dos servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário. Ele também irá propor a garantia da paridade entre os servidores ativos e inativos, a diminuição no redutor das pensões e a extinção da pensão paga a filhas solteiras de militares cujos pais faleceram.

Afirmando que a PEC traz "perversidades estelionatárias criminosas", Mão Santa ressaltou que o servidor público não pode ser demonizado, satanizado ou responsabilizado pelas mazelas e pela falência do sistema previdenciário. Ao contrário, o senador pelo Piauí disse que o servidor público é abnegado, obstinado e dedicado e, por isso, merecedor da gratidão do governo.

– O servidor público é aquele que atua nas escolas, nos hospi-



**ISENÇÃO** Emenda de Mão Santa favorece servidores aposentados por invalidez

tais e que nos garante a segurança para os que mais precisam. Os ricos não dependem deles, pois botam os filhos em escolas particulares, têm planos de saúde, compram carros blindados e até contratam um batalhão para sua segurança. Esta reforma da Previdência, do jeito que está, é um descalabro e significa o desmonte do serviço público – afirmou Mão Santa.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) manifestou convicção de que os senadores, por meio de negociação, conseguirão melhorar o texto da reforma da Previdência. Ele destacou que 180 emendas já haviam sido apresentadas e que esse número poderá ultrapassar 200.

Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) informou que apresentou quatro emendas. Uma delas estipula que o teto dos servidores estaduais e municipais pasará a ser baseado, respectivamente, no Judiciário estadual e na comarca do município.

## Chegam a 16 as sugestões de Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) entregou pessoalmente ontem ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), mais três emendas à reforma da Previdência Social. Uma delas estabelece que os aposentados com mais de 55 anos (mulher) e 60 anos (homem) não pagarão contribuição previdenciária de 11% sobre R\$ 2.400 – a incidência ocorrerá na faixa que superar este valor.

Uma segunda emenda estende a mesma isenção para aposentados por invalidez ou deficientes físicos. A última emenda do senador petista estabelece que desempregados de baixa renda só pagarão metade da contribuição previdenciária devida ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), desde que sua contribuição esteja limitada a um salário mínimo. Paulo Paim já apresentou 16 emendas à reforma.





**MERCADO** Jonas lembra que hoje é impossível criar animais sem apoio desses profissionais

## Jonas presta homenagem aos veterinários

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) homenageou em Plenário aos médicos veterinários, que comemoram seu dia hoje, afirmando que atualmente é impossível criar animais sem o apoio desses profissionais.

– Para se ter uma idéia do campo de trabalho, é só lembrar que o Brasil possui 170 milhões de cabeças de gado, 40 milhões de suínos, 18 milhões de equinos, 12 milhões de ovinos, 10 milhões de caprinos e o segundo maior parque avícola da Terra – disse, ele próprio membro da Academia Brasileira de Medicina Veterinária.

Jonas antecipou a homenagem porque viajará para Cancún, no México, onde será um dos representantes do Senado na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC).

## Lúcia Vânia apóia combate às drogas



Lúcia Vânia esteve na cidade goiana de Valparaíso

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) representou o Senado na instalação do Conselho Municipal Anti-Drogas (Comad) de Valparaíso de Goiás, ontem. Lúcia Vânia, que preside a Subcomissão

da Criança, do Adolescente e da Juventude e integra a CPI que investiga as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, destacou o trabalho do prefeito Juarez Sarmento (PSDB) e dos vereadores de todos os partidos em defesa dos jovens da região do Entorno do Distrito Federal.

# Efraim critica uso político do programa Fome Zero

Senador cita reportagem sobre tentativa de promover filiações ao PT em Guaribas, no Piauí

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) comentou em Plenário, ontem, matéria do jornal *Folha de S. Paulo* do último domingo que acusa a coordenadora do programa Fome Zero em Guaribas (PI), Rosângela Sousa, de se aproveitar da iniciativa para promover filiações ao Partido dos Trabalhadores no município. De acordo com a reportagem, a criação do PT em Guaribas e as 30 filiações conquistadas desde junho teriam sido intermediadas por Rosângela Sousa, que também é secretária de formação do partido no Piauí.

Durante a leitura da reportagem, Efraim destacou o trecho que apontava como objetivo do



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**DEBATE** Efraim não quer audiência sobre reforma da Previdência em apenas um dia

PT local a montagem de uma chapa para as eleições municipais de 2004. Os próprios divulgadores da campanha de filiação teriam admitido que correm contra o tempo nesse processo, já que a Lei Eleitoral determina que o ingresso de novos filiados e o registro de candidaturas devem ocorrer até um ano antes da data das eleições, prazo que expira no próximo dia 30.

Mas Efraim advertiu para a existência de problemas enfrentados pelos petistas na filiação de beneficiários do Fome Zero. Além de a maioria da população de Guaribas já estar filiada a outras legendas partidárias, disse que a principal resistência dos “filiáveis” seria a contribuição anual de R\$ 5 para o partido, o que representa 10% da bolsa paga pelo Fome Zero.

Embora dizendo não ter nada contra a expansão do PT nos municípios, o senador criticou o uso do Fome Zero para busca de aliados do governo petista em cidades que necessitam de assistência social.

### Previdência

Efraim Moraes também fez um apelo ao relator da proposta de reforma da Previdência, senador Tião Viana (PT-AC), para que desista de ouvir todos os interessados na matéria (representantes do governo, das centrais sindicais e dos servidores) em um só dia.

## Heráclito sugere que senadores visitem Guaribas

Ao comentar notícias publicadas na imprensa sobre iniciativas do PT de aliciar militantes entre as pessoas beneficiadas pelo programa Fome Zero em Guaribas (PI), o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) sugeriu que os senadores visitem o município, para se inteirar da situação pessoalmente.

Segundo Heráclito, o município recebia dos cofres públicos, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a quantia de R\$ 50 mil por mês.

– Agora que se tornou símbolo do Fome Zero, está recebendo



**MUDANÇA** Heráclito afirma que Guaribas recebia R\$ 50 mil por mês e agora recebe R\$ 25 mil

do R\$ 25 mil mensais. Não sei se as pessoas estão satisfeitas com o novo governo – disse.

O senador condenou práticas de aliciamento, caso estejam mesmo acontecendo. Lembrando que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) já visitou o município, disse que seria muito bom que outros senadores seguissem esse exemplo.

Para Heráclito, o PT em breve será o partido político mais rico do planeta, pois recebe contribuições de 10% dos salários de seus filiados que exercem cargos em comissão, 22% dos membros do partido em cargos eletivos e também de seus militantes.

## Capiberibe destaca política de microcrédito do governo

O presidente Lula conseguiu sintetizar experiências positivas para oferecer microcrédito à população, afirmou ontem o senador João Capiberibe (PSB-AP), que destacou a Medida Provisória 121/2003, pela qual o Banco do Brasil poderá oferecer crédito às pessoas de baixa renda. Ao elogiar a política de microcrédito do governo, o senador disse que foram necessários 500 anos para que essa parcela da população pudesse ter acesso ao crédito via rede bancária pública e privada.

Capiberibe relatou uma experi-

ência bem sucedida de microcrédito no Amapá, que abrangeu o período de 2000 a 2002, quando governava o estado. A Agência de Fomento do Amapá (Afap), explicou, teve como característica principal o compromisso com uma nova ordem socioeconômica e ocupou espaços não atendidos pelos bancos tradicionais.

Baseado no Placar da Transparência, que era afixado na entrada do banco, o senador informou que, até 2002, a Afap realizou mais de 5,6 mil operações de crédito e movimentou mais de R\$ 13 milhões,



**RESULTADOS** Capiberibe relata experiência de sucesso desenvolvida no Amapá

com valor médio dos empréstimos em torno de R\$ 2.389,84, “denotando o caráter eminentemente popular dos financiamentos”. O senador lamentou, no entanto, que a atual administração do estado não tenha mantido esse modelo.



**LAMENTÁVEL** Suassuna diz que episódio do comerciante chinês envergonha o país

## Ney Suassuna protesta contra tortura no Rio

A denúncia de tortura contra o chinês naturalizado brasileiro Cham Kim Chang, em uma cela do Presídio Ary Franco, no Rio de Janeiro, a descoberta de uma “boca-de-fumo” no Presídio Vicente Piragibe, também no Rio, e a citação feita por um oficial de Justiça sobre a votação na CAE da indicação do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) para o Tribunal de Contas da União (TCU) foram apontados pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) como fatos que envergonham o Brasil.

Suassuna lamentou que a maioria dos presídios conte com “bocas-de-fumo” em suas dependências e que nem sequer tenham sido bem-sucedidos os esforços para impedir o funcionamento de telefones celulares nas cadeias. Ele comparou o caso de Cham Kim Chang com a história do filme *O Expresso da Meia-Noite*, no qual um americano é preso com haxixe em um aeroporto na Turquia e depois submetido a sessões de tortura na prisão.

– Nunca imaginei que no Brasil pudessemos passar a vergonha que o povo turco passou com as cenas de *O Expresso da Meia-Noite*. Nunca imaginei que pudessemos ter aqui sessões de espancamento para que Chang informasse o código dos seus cartões de crédito – afirmou Suassuna.

Já no caso do oficial de Justiça, o senador disse acreditar que o presidente José Sarney tomará alguma providência, pois “é uma irresponsabilidade um oficial de Justiça vir citar senadores, que têm imunidade, por um ato que nem sequer está terminado, já que a indicação ainda vai ser votada”.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) comentou que o discurso de Suassuna deve servir como um alerta às autoridades.





**RELATO** Virgílio leu carta em que funcionário informa ter sido advertido por um diretor

## BNDES persegue economista, afirma Virgílio

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) acusou ontem o governo de tentar cercear a livre expressão do pensamento. Ele citou o caso do economista Maurício Dias David, assessor da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que estaria sendo submetido a constrangimentos por ter criticado em programa de TV a proposta de Orçamento para 2003.

O senador leu em Plenário carta que recebeu do economista relatando o episódio: "Argumentei que o orçamento é o espelho de um governo e que, assim sendo, esse orçamento ia contra a doutrina e o programa histórico do PT. No dia seguinte, fui convocado ao gabinete do diretor de Administração do BNDES, Márcio Henrique Monteiro de Castro, que me comunicou que as minhas críticas haviam 'irritado profundamente Brasília' e que o BNDES recebera um chamado de lá e que o banco se via obrigado a abrir uma comissão de inquérito para me punir", diz a carta de Maurício David.

Virgílio apresentou requerimento solicitando explicações sobre o episódio, endereçado ao chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu. O líder do PSDB disse que a forma como o caso foi tratado indica o comportamento "parafascista do governo sob uma capa de esquerda".

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que Virgílio, ao apresentar a denúncia, cumpre o papel que se espera da oposição.

O líder do PSDB voltou a pedir a abertura de CPI para investigar irregularidades na prefeitura de Santo André (SP), do PT. "Quero investigar o MST, o uso de cargos no Executivo e estou pedindo a CPI para investigar a podridão de Santo André", disse.

## Governo deve explicar acusações a Palocci, diz Alvaro

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que o governo deve dar explicações cabais sobre acusações contra o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, feitas pelo governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB). As acusações referem-se a supostos R\$ 12 milhões que o ministro teria sido condenado a devolver, em função de irregularidades verificadas em sua gestão à frente da Prefeitura de Ribeirão Preto.

– Se, ao contrário, as acusações forem apenas excessos

verbosos do governador Roberto Requião, e não seria a primeira vez que isso ocorre, o ministro Palocci tem obrigação de pedir uma retratação, sob pena de ter sua credibilidade comprometida – observou.

Para o senador pelo Paraná, é inadmissível uma situação em que um político acusa outro de irregularidades e escândalos e depois de algum tempo tudo se esquece e as pessoas continuam a conviver, como se nada houvesse acontecido.

– Um governador aliado do

presidente da República afirma que o ministro da Fazenda é ladrão, e isso não pode ficar sem um pronunciamento. Cabe ao governo decidir se Palocci é ladrão ou se o governador é irresponsável, mentiroso e caluniador – insistiu.

Para Alvaro Dias, diferentes pontos de vista sobre um assunto de múltiplos interesses não podem servir de pretexto para acusações levianas. E se, ao contrário, as acusações forem sérias, é imprescindível haver explicações oficiais.



**DÚVIDA** Alvaro Dias acha que acusações do governador do Paraná devem ser esclarecidas

## Ideli elogia medidas anticorrupção adotadas na administração pública

**■** Presidente mostra empenho em punir responsáveis por desvios de verbas, afirma a senadora

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) aplaudiu iniciativas do governo Lula para combater a corrupção e o desvio de verbas, práticas comuns na administração pública nos níveis federal, estadual e municipal, segundo ela.

Para Ideli, a população, quando votou no PT para a Presidência da República, deu clara demonstração de querer apurar fraudes e irregularidades com rigor. O partido não quer decepcionar seus eleitores, salientou.

A primeira providência vem



**FORÇAS-TAREFA** Ideli saudou esforço para combater fraudes na Previdência Social

da Controladoria Geral da União, apontou a senadora, onde o ministro Waldir Pires já iniciou operações de auditoria em 181 municípios para identificar malversações de verbas públicas.

Dos 131 inquéritos concluídos, 90% apresentam irregularidades, a maior parte nos setores de educação e saúde, que são essenciais ao bem-estar da população, lamentou.

Segundo Ideli, até o fim do ano, os inquéritos administrativos estarão concluídos e o governo passará para o terreno das punições, que servirão de alerta para inibir outras práticas delituosas por parte de prefeitos.

**Previdência Social**

Outra iniciativa destacada por Ideli está sendo efetuada na Previdência Social, em que o ministro Ricardo Berzoini retomou a prática de publicar a lista dos devedores e sonegadores do sistema. Já foram identificados bens, que podem retornar ao erário federal, no valor de R\$ 1 bilhão, informou.

Ela disse ainda que as forças-

tarefa formadas por representantes da Previdência, do Ministério Público e da Polícia Federal – para identificar fraudes e irregularidades no sistema previdenciário – já resultaram em 165 inquéritos policiais instaurados e 50 prisões preventivas decretadas.

A senadora reconheceu que esses números são pequenos, diante do volume de denúncias sobre a Previdência, mas garantiu que as iniciativas terão resultados mais expressivos, à medida que os meses forem passando.

Em aparte, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) ressaltou que as medidas do governo federal contra a corrupção estão contando com o apoio indispensável e efetivo da população, que tem feito denúncias contra prefeitos e administradores públicos.

## Ana Júlia sugere adiar indicação para o TCU



**PRUDÊNCIA** Ana Júlia recomenda ao Senado que aguarde julgamento

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) fez um apelo para que o Senado Federal adie a votação em Plenário da indicação do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

– Acredito que, por uma questão de prudência e preservação de sua imagem, o Senado não deve votar a indicação do senador Luiz Otávio, feita pelo PMDB – afirmou.

Diante da polêmica em torno do caso, Ana Júlia considera mais prudente que o Senado

aguarde o julgamento de processo judicial instaurado contra o senador, para não criar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o constrangimento de ter que referendar a indicação para o TCU de alguém investigado pela Justiça.

Ela pediu ainda a atenção do Ministério da Justiça para o quadro de iminente confronto entre fazendeiros e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pará. A senadora petista relatou que, na semana passada, o sindicato dos ruralistas no Pará

fechou uma rodovia no estado para protestar contra a derrubada de 14 liminares de reintegração de posse de diversas fazendas que estão sendo analisadas pelo Incra para fins de desapropriação.

Ela disse estranhar a pouca repercussão da iniciativa, que, "se tivesse partido do MST, teria sido prontamente criticada e condenada". De acordo com Ana Júlia, os ruralistas recuaram na tentativa de passar por cima da ordem e da lei e, com atitudes ilegais, desocupar as áreas invadidas "na marra".





Roosevelt Pinheiro

## Osmar quer esclarecer espionagem agrícola

O governo brasileiro precisa saber os reais motivos que levaram um técnico norte-americano a recolher amostras de soja em Barreiras (BA), na semana passada, afirmou o senador Osmar Dias (PDT-PR). A denúncia foi feita por Jorge Salim Waquim, funcionário do Ministério da Agricultura, que levantou suspeitas de que o norte-americano Hussein El-Nashar teria espalhado pragas em lavouras saudias ou recolhido amostras para permitir a criação de barreiras sanitárias pelo governo dos EUA.

Osmar disse que a segunda hipótese é mais plausível. Para ele, o governo deve exigir explicações oficiais das autoridades norte-americanas. O senador chamou atenção também para os riscos de que novas barreiras sanitárias causem prejuízos aos exportadores brasileiros. As barreiras de caráter tarifário estabelecidas pelos EUA provocaram nos últimos dez anos perdas de US\$ 1,8 bilhão.

A questão das barreiras constitui, segundo Osmar, um ponto fundamental nas discussões sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Mantidos os termos propostos para o acordo, o país poderia perder US\$ 4 bilhões em exportações.

– Espero confiante que o governo Lula mantenha a posição assumida na campanha eleitoral: ou os Estados Unidos fazem uma revisão profunda ou teremos dificuldade de firmar esse acordo – frisou.

**CONDIÇÃO** Para Osmar, acordo da Alca só pode ser aceito se EUA mudarem proposta



José Cruz

**QUESTÃO TÉCNICA** Paulo Paim concorda com posição de Lula sobre transgênicos

## Transgênicos: Paim defende debate científico

O senador Paulo Paim (PT-RS) fez um breve relato, ontem, de sua recente viagem ao Rio Grande do Sul, acompanhando o presidente Lula, para participar da 26ª Expointer, em Esteio, “a mais importante feira de agronegócio não só do Rio Grande do Sul, mas da América Latina”. Ele destacou trecho de pronunciamento do presidente da República sobre a comercialização no país de alimentos transgênicos.

Segundo Paim, o presidente Lula disse que não irá permitir que o debate sobre a questão dos transgênicos se dê sob a ótica ideológica. O presidente também anunciou a intenção de compor uma comissão de especialistas de alto nível para focar a discussão da matéria na perspectiva científica e, depois, encaminhar ao Congresso projeto regulando a venda de alimentos geneticamente modificados.

– O debate ideológico não é bom para ninguém – afirmou o senador, sustentando que a posição do governo será a melhor para o Brasil.

Paim também comemorou a edição de um decreto pelo governo para permitir que o trabalhador que atua em atividade insalubre, penosa ou perigosa possa reduzir em 40% o tempo exigido para aposentadoria. Ele destacou ainda iniciativa da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) de promover debate, nesta semana, sobre o negro e a mídia. O senador petista deve participar do evento e aprofundar a discussão de matéria de sua autoria que estabelece uma política de cotas de 20% para afro-descendentes na contratação de profissionais nas áreas cinematográfica, televisiva e teatral.

# Tourinho pede firmeza do Brasil ao negociar agricultura na OMC

■ Senador teme impasse na reunião de Cancún e salienta que abertura de mercados é fundamental

Ao registrar que será iniciada esta semana a reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Cancún, no México, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pediu ao governo que priorize as negociações referentes à agricultura e oriente seus negociadores a atuar de forma firme na defesa dos interesses do agronegócio nacional. Ele destacou que o setor vem desempenhando papel fundamental na geração de excedentes na balança comercial e na criação de empregos.

– A expectativa internacional, e sobretudo do Brasil, era



Roosevelt Pinheiro

**BARREIRAS** Tourinho lembra que produtos brasileiros enfrentam protecionismo

a de que, com base nos compromissos assumidos no início da Rodada de Doha (Catar), poderíamos avançar nas tratativas dos três pilares da negociação agrícola: redução do apoio interno aos produtores rurais, subsídios às exportações e acesso a mercados pe-

los países em desenvolvimento – afirmou Tourinho.

O senador lamentou, entretanto, que a falta de uma proposta concreta dos Estados Unidos e da União Européia para a liberalização comercial da agricultura possa frustrar as expectativas de que as negociações avancem na direção de um acordo que reflita o interesse dos membros da comunidade internacional, especialmente produtores e exportadores.

Na avaliação de Tourinho, um possível impasse nas negociações agrícolas internacionais pode levar o Brasil a repensar sua posição de renunciar aos subsídios agrícolas. Ele observou que, enquanto a União Européia e os Estados Unidos subsidiam sua agricultura, o governo brasileiro mantém apenas uma política de juros relativamente baixos internamente, mas que são altos do

ponto de vista internacional.

– Nossos produtos mais competitivos enfrentam a proteção feroz das economias norte-americana e européia, seja por barreiras tarifárias, seja por barreiras não-tarifárias, o que limita nosso aumento de produção. A abertura de novos mercados é fundamental para o crescimento da agricultura brasileira – disse.

Em aparte, o senador João Capiberibe (PSB-AP) concordou que o Brasil deve não apenas garantir, nas negociações na OMC, sua soberania no que diz respeito ao agronegócio, mas também promover o fortalecimento da agricultura familiar. Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) opinou que o governo deve levar em conta que todos os países desenvolvidos subsidiam fortemente sua agricultura. “É um ato de inteligência”, comentou.

## Redução de subsídios deve ser foco das discussões em Cancún, diz Jucá

A reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) que começa amanhã, em Cancún, no México, deve ter como tema central a redução dos subsídios aos produtos agrícolas nos países desenvolvidos, defendeu ontem o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ele elogiou o esforço conjunto dos países do G-20 (grupo de 20 nações em desenvolvimento, produtoras de alimentos) para que a abertura de mercados

seja o foco do encontro.

– Pela primeira vez, a OMC vai discutir uma questão que tem relação com o desenvolvimento de todo o mundo. Os países ricos têm procurado criar empecilhos ao desenvolvimento agrícola. Faço votos que os ministros Luiz Fernando Furlan [do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior] e Celso Amorim [das Relações Exteriores] possam ter um debate consistente para conse-

guir a diminuição dos subsídios – afirmou Jucá.

O senador salientou as notícias de que o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos chegou à conclusão de que a produção de soja brasileira não é incentivada por subsídios.

– As únicas razões para o expressivo crescimento da produção brasileira são a melhoria genética e os mecanismos de evolução da produção – disse.

No pronunciamento, Jucá



Roosevelt Pinheiro

**EXPECTATIVA** Jucá espera que negociadores brasileiros obtenham concessões

ainda fez homenagem aos 59 anos da Associação Comercial e Industrial de Roraima.